

Diretrizes e Prioridades em Pesquisas Urbanas

Pedro Pinchas Geiger
Geógrafo da Fundação IBGE

A compreensão do que fazer em geografia, quando se trata de fixar rumos para a pesquisa urbana, leva-nos necessariamente a uma apreciação da situação atual dos estudos sobre um dos temas mais debatidos no mundo de hoje: o problema das cidades e da urbanização.

Na esfera científica têm-se multiplicado trabalhos sobre o assunto, desde os que se voltaram para questões de conceituação teórica e princípios gerais, aos que se dedicam à aplicação de conhecimento no setor do planejamento, em função do interesse que encerra para diversas disciplinas sociais.

Definir o campo urbano geográfico é, portanto, tarefa complexa e desafiadora, no momento em que se elabora a dominância de uma filosofia interdisciplinar e em que o espaço é sua variável fundamental, é também disputado por outras ciências sociais. Paralelamente, porém, a geografia acha-se sobremaneira apta a reforçar sua identidade científica. Ao munir-se de métodos e técnicas quantitativas, lança-se à consolidação de um corpo teórico, partindo inclusive para comportamentos preditivos e aparelhando-se, portanto, para uma participação mais consciente no trabalho interdisciplinar.

I — Situação atual dos estudos de urbanização

Ainda que de maneira sucinta, essa apresentação diz respeito a quatro temas de referências, baseando-se em estudos recentes de JAKOBSON e PRAKASH (1971) sobre urbanização e desenvolvimento urbano.

1 — *Estudos de Urbanização e Estudos de Sistema de Cidades* — Este ponto se refere à distinção a fazer entre processo de urbanização, entendido como processo de mudança, ou de modernização, e o desenvolvimento de cidades e do sistema urbano, como um dos produtos do processo. Para os autores citados, urbanização representa um nível macro e as cidades e atividades urbanas um nível micro de fenômenos interligados ao longo de um *continuum*. O fato de que se pode detectar elementos do processo de mudança fluindo ao longo de sistemas urbanos, dos maiores centros para os menores e para o ambiente rural envolvente, reforça a idéia do isomorfismo entre urbanização e modernização.

FRIEDMANN (1970) se utilizou das expressões Urbanização 1 e Urbanização 2, a primeira representando “a concentração geográfica de populações e de atividades não-agrícolas em ambientes urbanos de formas e dimensões variadas” e a segunda representando “a difusão geográfica dos valores, comportamento, organização e instituições urbanas”.

Deste modo configura-se num processo circular, em que a urbanização corresponde a um nível mais amplo que preside a expansão das cidades. Por sua vez, a expansão do sistema urbano é uma fonte de forças que impulsionam processos de mudança. Sob esse enfoque podem se definir estudos geográficos de *formas de atuação urbana*.

2 — *Problemas de uma Teoria Geral da Urbanização* — Um quadro conceitual que exprima de forma geral a teoria das relações entre os diversos componentes que participam do processo de desenvolvimento e da expansão das cidades não foi, porém, elaborado ainda. Embora possam ser apresentados modelos históricos destas interações, a possibilidade de se formular uma teoria geral chega mesmo a ser posta em dúvida por diversos cientistas sociais.

A falta de uma teoria geral conduz muitas vezes a situações em que o tratamento de problemas de desenvolvimento se faz, como se houvesse oposição e não uma complementaridade entre desenvolvimento urbano, industrialização e desenvolvimento agrícola-rural. Conduz também à incompreensão de contradições que se apresentam em qualquer processo, como, por exemplo, em relação a problemas sociais e ambientais que surgem com a rápida urbanização.

Alguns estudiosos chegam a formular por exemplo uma teoria de “ruralização” das cidades em regiões subdesenvolvidas, o que seria aplicado a cidades médias do Nordeste com rápido crescimento dos setores periféricos, provocado por migrantes da zona rural. No entanto esta seria apenas uma visão parcial e estática do processo, uma vez que ignora a ação das forças de urbanização na adaptação e transformação da população transferida para as cidades. Nestas, a alfabetização alcança camadas cada vez maiores da população; nelas se localizam escolas superiores atualmente em processo de difusão no país; os padrões de consumo se alteram e se elevam os níveis de aspirações e reivindicações da população.

3 — *Campo Interdisciplinar e Política de Urbanização* — Envolvendo processo de mudança e modernização, a urbanização passou a ser objeto de interesse de todo o campo das ciências sociais e humanas. JAKOBSON e PRAKASH mostram que, do momento em que psicólogos, antropólogos e outros cientistas do comportamento encamparam o assunto urbano, tornou-se consagrado o caráter interdisciplinar da matéria. Entre outras, a urbanização passou a interessar aquelas disciplinas mais tradicionalmente ligadas ao setor política.

O quadro abaixo, extraído do trabalho citado de JOHN FRIEDMANN refere-se às características correntes e às características desejadas, em estudos de Urbanização 1 + 2, enfatizando necessidade de trabalho interdisciplinar e orientado para análises políticas da urbanização.

<i>Características Correntes</i>	<i>Características Desejadas</i>
a) estudos por disciplina,	— estudo interdisciplinar,
b) focalizado em subsistemas urbanos fechados (cidades),	— focalizado em sistemas nacionais abertos,
c) pequena utilização de modelos teóricos, a não ser para dicotomia urbano-rural,	— utilização extensiva de modelos baseados no paradigma de núcleo-periferia,
d) ausência de focalização comparativa explícita,	— focalização explícita comparativa, especialmente “cross-cultural”,
e) ênfase em aspectos estruturais (no melhor, comparações estáticas),	— enfatizar interações de processos dinâmicos, as estruturas sendo entendidas como condição limitante,
f) questões de política de urbanização não são centrais na análise,	— análise de política de urbanização como fato central,
g) estudos de urbanização sem relação com processos mais compreensivos, como integração nacional e espacial.	— estudos de urbanização ligados ao pano de fundo constituído pelo desenvolvimento nacional e integração espacial: uma abordagem sistêmica.

Para muitos, a falta de uma teoria geral e de objetivos claros anula qualquer esforço sério de planejamento urbano e regional. Diz LLOYD RODWIN (1972) que ainda não houve qualquer definição operacional em relação a duas premissas em que se fundamentam muitas estratégias: as desvantagens da cidade muito grande e a factibilidade de promover “centros de crescimento”. Não se sabe realmente quando a cidade é demasiadamente grande e congestionada, ou simplesmente mal organizada; e pouco se sabe de como irradiar os efeitos dos “centros de crescimento” para as interlândias circundantes. No entanto, o mesmo autor reconhece que a opção não pode recair sobre a espera por uma definição de objetivos claros para início de processos de intervenção. Ao contrário, é mais fácil e freqüentemente mais realístico fixar objetivos precisos no meio ou já no fim de um programa. Assim, encara-se o planejamento como processo de experimentação e aprendizagem que começa contendo formulações vagas e esforços limitados; neste meio tempo burocracia e público se familiarizam com as matérias.

Diz ainda, aquele autor, que os governos se envolvem com temas que são persistentes, preeminentes ou capazes de lhe trazer problemas se forem ignorados e que, segundo expressão de HIRSCHMAN, passam a ser temas “privilegiados”. Estratégias do crescimento urbano guardam portanto especial interesse porque se encontram na fase de transição, tendendo a se apresentar como problemas “privilegiados”.

Por conseguinte justifica-se a realização de experiências, enquanto paralelamente se desenvolvem pesquisas que dêem suporte a novas fases de estratégias políticas. O processo de modernização ou urbanização no sentido amplo abrange fenômenos que pertencem ao campo econômico, social e cultural, no qual a formulação de uma teoria de relacionamentos vem sendo preocupação de cientistas de origem profissional diversa.

Por outro lado, a integração do processo econômico, social, político-administrativo com a organização do espaço se expressa de forma mais variável, nas cidades, dado o seu caráter de locais de concentração de diversas atividades e de população, de focos das mais diversas formas de relacionamentos regionais e dado o caráter do espaço intra-urbano (na cidade há maior proporção de solo de domínio público e maior quantidade de leis controlando o uso do solo). Deste modo, as diversas ciências sociais procuram contribuir também para as formulações teóricas dos relacionamentos entre urbanização no sentido lato, crescimento e organização interna das cidades, e estruturas e projeção espacial do sistema de cidades.

4 — *A Contribuição da Geografia* — A geografia tem contribuído para o conhecimento de Urbanização 1 + 2, vindo por esse meio fornecer subsídios a uma estratégia de desenvolvimento urbano.

O exame de um sistema urbano requer o estudo de sua estrutura quanto à distribuição de frequência de tamanho de cidades, suas funções e níveis de desenvolvimento de suas populações. Define-se, assim, a hierarquização específica da geografia, consiste em:

a) estudar a organização espacial do sistema urbano nacional, o que compreende a distribuição e o posicionamento das cidades em termos inter-regionais e intra-regionais. Pontos de articulação dos espaços regionais, as cidades são módulos de um sistema de relações que cobrem um território nacional. Estas relações envolvem fluxos de populações, mercadorias, serviços e informações, cuja projeção sobre o espaço geográfico reflete o processo da urbanização, vale dizer também, a própria organização regional, ou a estrutura espacial da economia nacional, paralelamente;

b) fazer o confronto geográfico comparativo do sistema em estudo com os de outras partes do mundo;

c) estudar a evolução temporal do sistema, inclusive a evolução de seus padrões espaciais.

Portanto, os aspectos da estrutura urbana referente a diferenças inter-regionais e intra-regionais são indispensáveis na formulação de qualquer teoria geral de urbanização; e uma política nacional de urbanização tem que levar em conta estas diferenças quando conceber modelos de estrutura hierarquizada e de rede urbana.

A abordagem geográfica se faz segundo três aspectos principais:

— um se refere ao fornecimento de informações através da descrição formal da organização espacial do sistema urbano, dos relacionamentos que nele têm lugar e da formação de áreas de influências de cidades;

— o outro se refere à interpretação desta organização e à explicação dos processos. Neste sentido, cabe-lhe analisar e criticar intervenções já realizadas, verificando e testando sua validade. Tanto neste aspecto, como no anterior, a análise geográfica pode servir de “feed-back” a pesquisas e planejamentos da urbanização;

— finalmente o terceiro se refere à preocupação de formular teorias próprias.

II — Interpretações Modernas da Urbanização e de seu Planejamento

— Aplicações ao Brasil

Antes de discutir o desdobramento das pesquisas geográficas, vamos apresentar algumas interpretações modernas quanto a processos urbanos e estratégias políticas que sirvam de orientação.

1) *Abordagem evolutiva e preditiva* — O desenvolvimento urbano se faz em estágios, em correlação com outros processos de desenvolvimento, cujo conhecimento é necessário para opinar sobre estratégias de planejamento. Segundo FOURASTIÉ (1963), a atual civilização industrial representa apenas uma fase de transição entre civilizações tradicionais do passado e futuras civilizações terciárias. Dentro deste período-transicional a implantação industrial é o instrumento favorito nos objetivos de urbanização e promoção de equidade regional. A indústria apresenta dois aspectos, por representar concentração de capital e trabalho ela é fator de expansão urbana e na medida que esta concentração é fator de especialização e produtividade, ela atrai para a mesma área mais indústrias; por outro lado, ela não é tão confinada a determinados espaços como as atividades primárias dependentes de recursos naturais, ou as atividades terciárias que exigem um mínimo de economias de escala.

A industrialização é, portanto, fator tanto de crescimento metropolitano como de cidades médias, e tem sido política aplicada na promoção de metrópoles regionais. Aliás, é com fundamento no processo de “trickling-down”, envolvendo principalmente a atividade industrial, que se elaborou a teoria de que o modelo urbano “rank-size” corresponde a países desenvolvidos da civilização industrial (BERRY — 1971).

No apogeu do processo industrial, com o progresso tecnológico atingido, o setor industrial deixa de gerar emprego, em termos proporcionais, descendo a sua participação na população ativa em favor do setor terciário, fato claramente observado nos países desenvolvidos. Nos países em desenvolvimento de industrialização avançada criam-se situações onde se observa, de um lado, a implantação de equipamentos de tecnologia avançada e, de outro, a manutenção de amplo setor de economia tradicional.

É a esta fase de coroamento do período industrial que corresponde a formação de megalópolis ou a expansão do desenvolvimento a partir da metrópole para cidades dispostas ao longo de eixos de transporte.

Segundo RODWIN, a tendência a seguir é a do agrupamento de metrópoles ou de megalópoles por via destes eixos, configurando-se padrões de crescimento, formado por linhas, ao longo das quais vão também ganhando importância os problemas ecológicos no amplo sentido. Esse modelo preditivo de uma sociedade terciária indica ainda: a) tendências ao reforço do processo de autogoverno de cidades; b) aumento da participação das populações urbanas na orientação do desenvolvimento e c) tendência à acentuação das funções culturais e educacionais das cidades.

2 — *Interesse crescente por “centros de crescimento”* — A idéia de “centros de crescimento”, de conteúdo geográfico, transladada do conceito de “pólos de crescimento” vem alcançando atenção cada vez maior. Um dos objetivos do estudo da urbanização é o de identificar os centros que já vêm apresentando maiores taxas de crescimento e continuidade, para que lhes sejam canalizados recursos como pontos privilegiados.

De acordo com JAKOBSON e PRAKASH, a aplicação do conceito de “pólo de crescimento” só é válida se o custo social e econômico de sua implementação se justificasse em relação aos recursos disponíveis.

Em um modelo onde se altera a política urbana de acordo com o estágio de evolução, considera-se que, na fase inicial, a do “take off”, caberia melhorar as condições ambientais das cidades que já são “centros de crescimento”, bem como facilitar o seu ajustamento sociocul-

tural e criar amenidades, a fim de atrair investimentos que conduzem à concentração de capital e trabalho. Na fase de “expansão” da economia industrial as atenções se voltaram para os problemas metropolitanos. Na fase de “difusão” caracterizam-se as preocupações com as desconomias de grandes cidades. Estratégias aplicadas em uma fase podem, no entanto, coexistir com as novas estratégias da fase seguinte.

No entanto os autores salientam a importância de outras variáveis e a insuficiência da simples interpretação científica. Para o desenvolvimento dos mecanismos de decisão política “seria interessante que aqueles que dispõem do poder de decisão expusessem as premissas dos valores que devem ser atingidos, para que estas sejam reunidas aos outros dados nos estudos que objetivam dar orientação às estratégias”.

Como todo modelo, o tipo evolutivo eleva o nível de abstração dos processos, ao projetá-los sobre o mundo como um conjunto. Além da posição que ocupa quanto ao estágio evolutivo, cada país tem seu caráter próprio ligado a condições físicas, ecológicas, socioculturais, políticas, além das que decorrem de seus relacionamentos com os outros países. Existem, portanto, formas de “convergências” para a civilização terciária, usando a expressão de PIERRE GEORGE (1964) em relação à civilização industrial. Nos países em desenvolvimento, urbanização e industrialização partiram de níveis que há poucos anos eram tão baixos quanto o eram há séculos nos países desenvolvidos. Mas, no contexto da economia atual mundial, não se repetem exatamente os mesmos processos históricos e aspectos de evolução que se deram espontaneamente nos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento seguem outros ritmos e geralmente existe “intervenção” para acompanhar o progresso. Nesta situação é comum esses países se caracterizarem por diferenças regionais que equivalem, de certa forma, a estágios distintos da evolução.

BRIAN BERRY (1971) mostra o compromisso que se pode estabelecer em torno da idéia de “centros de crescimentos”, principalmente no caso dos países em desenvolvimento, reunindo as tendências dos chamados “modernizantes” e “tradicionalistas” (os primeiros favoráveis à concentração dos recursos em poucos locais de grande dinamismo, dos quais devem partir efeitos espontâneos da difusão; os segundos enfatizando os estrangulamentos do “trickling down” espontâneo e favoráveis a uma larga desconcentração dos recursos). O compromisso se apóia na possibilidade de antecipação de processos em andamento nos países mais industrializados, graças à importância já adquirida pela participação do setor governo no desenvolvimento econômico. Apóia-se também no fato de que atende ao processo de integração e de especialização regional que a industrialização acarreta. Neste sentido, trata-se de aplicar a idéia da “desconcentração concentrada”, diminuindo-se as deficiências dos centros que ocupam uma posição relativamente importante nas regiões, ou desenvolvendo-se aqueles centros situados em áreas de elevado potencial.

Outro aspecto a salientar ainda é de que o planejamento das áreas rurais pode ser complementar ao planejamento urbano, mesmo com a estratégia da concentração em “centros de desenvolvimento”. Na verdade, o tratamento setorial sem integração em programa de desenvolvimento econômico, a níveis nacionais e regionais, faz com que os componentes do desenvolvimento urbano sejam artificialmente separados uns dos outros. A necessidade de integrar os planejamentos setoriais deve obrigatoriamente implicar em desenvolvimento urbano; em outras palavras, o desenvolvimento urbano equivale à idéia de integração no planejamento, tendo, portanto, implícita a complementação da política urbana por uma política de desenvolvimento rural.

3 — *Situação brasileira* — O Brasil atravessa um processo de desenvolvimento liderado pela industrialização, crescimento populacional intenso, concentração crescente de habitantes no quadro urbano, papel relevante do governo na direção da economia, elevação do nível educacional e de consumo, diversificação e integração do espaço nacional. A industrialização conduziu o país ao modelo núcleo-periferia, salientando-se a emergência da região metropolitana de São Paulo que, com sua periferia imediata se constitui no espaço mais desenvolvido do país, secundada pela do Rio de Janeiro. Influuiu também para a acentuação de desigualdades regionais no tocante ao estágio de evolução.

As tendências da política econômica e social e marcadas por constantes formulações de estratégias de governo consistem:

1 — Em estimular a comunidade da industrialização em fase de expansão. Não é de se estranhar, portanto, que a imagem do modelo “rank-size” sugira idéias de planejamento que, sem destruir o modelo núcleo-periferia, promova maior difusão da localização industrial. Longe de deixar de sustentar o crescimento das duas grandes metrópoles nacionais, a localização industrial já vem apresentando porém aspectos de “trickling-down”. Alguns são espontâneos, como o delineamento do eixo urbano-industrial Santos-Campinas, que se propaga na direção de Ribeirão Preto; outros são dominados pelos incentivos de governo, como das indústrias do Nordeste. De uma forma ou outra, o progresso industrial se expressa também na expansão das metrópoles regionais. Este desenvolvimento industrial se faz com a implantação de modernas tecnologias, de modo que não registra ampliação relativa mais significativa da mão-de-obra ocupada diretamente no setor secundário. A preocupação do governo em elevar o nível cultural da população vem ao encontro do reflexo da industrialização sobre o processo de urbanização, em geral, considerando, ao mesmo tempo, os efeitos da industrialização também de modo geral; na integração do espaço nacional, na exploração de novos recursos e nos objetivos da exportação.

2 — Estimular especializações e integração do espaço nacional, visando à produção para o mercado interno e para a exportação, bem como à elevação do consumo. Deste modo são incorporados novos trechos do território nacional, dotados de recursos naturais. Observam-se igualmente reorganizações de regiões já ocupadas, de que resulta a expansão de cidades que articulam o espaço regional, além do crescimento acelerado de centros urbanos novos em áreas pioneiras e do crescimento daqueles situados longe de eixos de transporte.

3 — Incorporar ao processo de integração do espaço os esforços de elevar o nível educacional da população e de lhe oferecer serviços que contribuam em certa medida para a atenuação dos desníveis regionais. Nesse particular cabe menção à expansão dos meios de comunicação ou do sistema universitário, no que se vai ao encontro da elevação das aspirações das populações concentradas em cidades maiores. Na realidade, o desenvolvimento das metrópoles regionais, capitais estaduais, na totalidade e de cidades grandes e médias que em sua maioria também são capitais, muito se relaciona com a expansão do setor terciário, inclusive o setor governo. Portanto, um aspecto da estratégia consiste em elevar a capacidade administrativa e de organização regional das capitais estaduais, visando a sua atuação principalmente como centros de transmissão num sistema integrado de planejamento federal-estadual.

Este panorama se refere:

— a um governo que dispõe de poder e recursos, atento a promover um processo de desenvolvimento econômico;

— a uma acentuação da integração espacial do país, tendo nas cidades os centros de articulação;

— à aplicação de estratégias econômicas e de programas de elevação cultural e social, que tendem a promover maior integração e resultados no processo de desenvolvimento;

— ao crescimento das metrópoles e de todo o sistema urbano.

É um panorama em que a idéia de uma política nacional urbana toma vulto, sem falar naturalmente das induções que partem dos países mais desenvolvidos.

Os problemas urbanos que se apresentam na atual situação brasileira dizem respeito principalmente:

— à organização de regiões metropolitanas, incluindo-se questões de ecologia urbana, sobretudo importantes para as metrópoles nacionais;

— à organização de estrutura regional da economia, onde se superpõem problemas urbanos e de regionalização;

— à atuação das cidades como centros de modernização do país e de controle dos processos de planejamento.

Em recente artigo, o economista HAMILTON TOLOSA (1972) diz que Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: P.N.D.U. deveria ser a mais abrangente possível quanto a:

— tamanho absoluto ou escala de cada cidade;

— organização especial intra-urbana;

— distribuição e frequência de tamanho de cidades;

— distribuição espacial das cidades em um sistema urbano.

No passado prevalecia uma visão local do problema urbano, de modo que os planejadores se concentravam fundamentalmente nas duas primeiras variáveis. Mas esta atitude não pode ser aceita nas circunstâncias atuais, pois, como diz o autor, não poderia atender às complementariedades existentes entre as quatro variáveis, além de estabelecer inversão nas prioridades. Citando LEVEN, seria “conceber a realidade da área urbana como se fosse um objeto que contivesse dentro de si o processo urbano”, e não a cidade como expressão do processo da urbanização.

Propõe o autor a necessidade de se estabelecer um esquema global que sirva de marco de referência aos esforços isolados de planejamento local, sem o que se correm riscos de distorções bastante sérias na alocação dos recursos escassos da economia. Uma política nacional de planejamento urbano nas circunstâncias atuais corresponderia a um estágio de planejamento inter-regional; o fenômeno da urbanização envolve necessariamente a longo prazo, portanto, a sua programação é parte integrante de um planejamento perspectivo.

III — Diretrizes Gerais na Pesquisa Geográfica

Diz LLOYD RODWIN a propósito de crescimento urbano e regional *“indeed no other aspect of our culture will receive more searching examination in the next generation”*.

Parece fora de discussão a necessidade de ampliação dos estudos de geografia urbana. No que diz respeito ao Departamento de Geografia da Fundação IBGE o problema da extensão de pesquisas urbanas não se limita a necessidades de reforço dos setores que se dediquem especialmente ao estudo de sistemas urbanos. Como vimos, a urbanização é fenômeno irradiante envolvendo todo o espaço, tornando complementa-

res o quadro urbano e o rural. Neste sentido, a primeira diretriz refere-se à urbanização como amplo campo de referência que envolve o Departamento como um todo, de modo que os diversos temas de pesquisa não devem ser tratados de forma fragmentada, ou esporádica.

A pesquisa geográfica específica de cidades e de organização orienta-se no sentido de:

- analisar a estrutura do sistema urbano através das características de seus nódulos, as cidades e sua projeção no espaço;
- descrever as ligações entre cidades com outras cidades e entre cidade e o meio rural, definindo-se áreas de influência;
- analisar a evolução temporal das estruturas e dos relacionamentos.

O exame dos relacionamentos das cidades à luz do seu crescimento e do sistema, de sua posição hierárquica e funcional, de seu posicionamento geográfico e do caráter das regiões constitui a base da *forma de atuação das cidades*, ou do comportamento das cidades.

Estes estudos de atuação urbana formarão uma ponte entre o conhecimento da organização do sistema de cidades e os processos de urbanização. Presidirão a análise do crescimento das cidades e da organização do espaço intra-urbano.

É através do estudo de atuação ou comportamento urbano que são abordadas as relações dialéticas entre as características gerais do sistema e as características de cada cidade. Portanto, neste terreno, o estudo geográfico deverá se estender a estudos de casos, compreendendo trabalhos de campo.

Os setores de estudo dos aspectos estruturais do sistema urbano e do espaço regional, bem como os dos processos de atuação urbana, para a explicação da organização espacial do país, podem ser encontrados nos seguintes esquemas de FRIEDMAN (1971):

Padrões Especiais Básicos

- Socioculturais
- Organização do Poder
- Povoamento
- Atividades Econômicas

Processos Básicos de Organização

- Inovações Emergentes
- Difusão de Inovações
- Controle de Decisões
- Migração de População
- Investimentos

Padrões Maiores de Integração

- Organização espacial de modernização
- Organização espacial de economia.

A *abordagem temporal* tem o sentido de enfatizar os aspectos do crescimento. O confronto entre forças de permanência da configuração geral do espaço, geradas pela presença e crescimento das cidades, e forças de mudança da organização do espaço é tema de grande interesse. Esta abordagem indicará o relacionamento do desenvolvimento urbano com outros processos e apontará os “centros de crescimento”. De modo geral, num dado momento histórico, observa-se maior variação quanto à continuidade do crescimento de cidades pequenas e maior regularidade quando as cidades atingem certa dimensão.

A *abordagem das relações com o espaço regional* visa distinguir as situações em que as atividades partem da cidade e podem alcançar expressão regional ou nacional e aquelas nas quais estas atividades refletem principalmente a influência do processo regional ou nacional

sobre a cidade. A expressão de LEVEN citada por TOLOSA não nega o papel em que a cidade pode ter foco geográfico de cristalização de processos.

A cidade pode *criar a região*, como, por exemplo, no caso da região metropolitana de São Paulo. É evidente que, numa ótica sistêmica, é todo o processo brasileiro que se refletiu na organização desta região; mas fatores e condições representados pelo próprio crescimento urbano em São Paulo foram fundamentais para o desencadeamento da moderna industrialização.

Mas a atuação urbana pode expressar a capacidade e forma da cidade *se adaptar aos processos regionais que atravessam o espaço em que se localiza*. O desenvolvimento de Campinas, por exemplo, representa sua capacidade e forma de se adaptar aos processos de estruturação da região industrializada em torno de São Paulo.

Portanto, para os objetivos práticos de planejamento, a posição geográfica das cidades na região em que se localizam, bem como a forma de organização e o conteúdo da região são importantes. A estratégia de política urbana levará em conta a capacidade das cidades de atender aos processos regionais já em andamento, tendo em vista o exercício de suas funções e a satisfação de suas populações. Deste modo alcançam significado os estudos de *ecologia urbana* das metrópoles.

O estudo geográfico examinará a atuação das cidades como *centros de inovações e difusão*. Tratando-se de abordagem de aspectos dinâmicos do processo urbano, terão muita importância para definir “centros de crescimentos”, quer como locais de processos emergentes, graças a grupos empresariais locais, quer como locais de transmissões de inovações.

O estudo da *centralidade*, que abrange a organização da distribuição de bens e serviços envolve aspectos estáticos. No entanto, o tema pode contribuir bastante na orientação de problemas que dizem respeito à função regional das cidades e atendimento social das populações.

O estudo das cidades como *centros de transmissão e controle* compreende o estudo dos fluxos das decisões de controle, tema de interesse para a compreensão da integração da rede urbana e do sistema regional. Envolve igualmente o exame das cidades como centros de decisão, ou seja, a capacidade de direção e controle que as cidades adquirem sobre o espaço em que estão inseridas. Estudos da atuação articulada de diversas esferas administrativas sobre o espaço são um dos temas de interesse.

Realidade e Percepção — Uma das conseqüências da urbanização talvez seja a de aproximar certas percepções da população à realidade, o que se constitui em um dos temas mais novos e interessantes. Populações tomam decisões em função da percepção, que vai influir deste modo na evolução urbana. O exemplo mais flagrante se refere às decisões nas migrações. Portanto, associado ao estudo do crescimento urbano, seja em aspectos intra-urbanos, seja em aspectos interurbanos, pesquisas sobre percepção e comportamento da população se mostram de grande interesse.

IV — Prioridades. Recomendações

O problema das prioridades pode ser desdobrado em dois níveis.

O primeiro se refere a direções preferenciais que instituições ou pesquisadores devem tomar em função dos problemas de recursos e

tempo. Evidentemente a resposta depende de quem vai pesquisar. No caso de um pesquisador acadêmico, a decisão pode ser influenciada por uma série de razões que não se justificariam para uma instituição como a FIBGE, integrando um Ministério de Planejamento.

O segundo refere-se à seleção de temas, tendo em vista objetivos prefixados. Talvez isto não seja um caso de prioridade, mas de adequação. Por exemplo, o estudo da distribuição da renda pode ser muito interessante para o planejamento local, mas menos significativo na decisão da política urbana nacional.

Em termos do Departamento de Geografia parece-nos ser possível chegar às seguintes conclusões, com apoio na Documentação do DEGEO (1971), o *IBG e as Pesquisas Urbanas*.

1) *Estudos de Sistema Geral Urbano*

A validade de serem realizadas revisões periódicas da estrutura do sistema urbano brasileiro e dos espaços funcionais, com apoio no desenvolvimento de métodos quantitativos e com a massa de dados a serem fornecidos pelo Censo de 1970. Destinam-se estes estudos a aprofundar o conhecimento da projeção espacial do sistema urbano e servir de base para pesquisas sobre o comportamento das variáveis de expressão espacial nos processos de desenvolvimento. Destacamos em particular a relação com a acessibilidade e o desenvolvimento dos transportes.

Estes estudos se orientarão para a inclusão de análises do aspecto temporal da evolução do sistema, com aplicação de técnicas de "time serials".

Incluem-se neste item as análises de subsistemas relativos a macro-regiões.

2) *Estudos de Atuação Urbana e de Urbanização*

Neste caso os estudos podem dar prioridade a categorias de cidades ou a determinadas áreas geográficas, ou, então, a análise daqueles setores de atividades que se apresentam como principais componentes do crescimento urbano.

2.1 — *Categorias de cidades ou áreas geográficas selecionadas*

2.1.1 — Em primeiro lugar destaca-se a importância das *regiões metropolitanas*. Reúnem grande parte da população e atividades nacionais e assim continuarão como os mais importantes "centros de crescimento" que são. Dadas as questões específicas das regiões metropolitanas, inclusive as referentes à organização do espaço intra-regional e à ecologia, estudos preditivos de seu crescimento e desenvolvimento alcançam grande interesse.

2.1.2 — O estudo das *cidades médias*¹ é outro setor prioritário. Cabe distinguir aqueles que exercem funções de capital estadual e as que não possuem controle administrativo. Através da identificação estatística daquelas que melhor apresentam características de "centro de crescimento" serão realizados "estudos de casos" envolvendo trabalhos

¹ Entende-se por cidades médias os centros intermediários entre o nível das metrópoles nacionais e regionais e o nível das cidades de atuação local, ou pequenas regiões de influências.

de campo, com questionários apropriados. Ênfase especial deve ser dada à análise da atuação das capitais no processo do desenvolvimento e da regionalização através da atuação do setor governo.

2.1.3 — O acompanhamento das sementeiras de núcleos urbanos nas *novas regiões* é outro tema de interesse especial, uma vez que os conhecimentos obtidos poderão reverter para o planejamento da ocupação destas regiões.

2.1.4 — Outros setores de prioridade poderão resultar da solicitação expressa por outros órgãos no sentido de serem pesquisadas áreas específicas, desde que sejam aceitas pelo IBGE.

2.2 — *Temas Setoriais*

2.2.1 — *Migrações* — Naturalmente este é um tema de grande importância, uma vez que trata de um componente fundamental do crescimento urbano e da urbanização. Os dados do Censo e os PNADs servirão para a abordagem da matéria, podendo ser acrescidos de questionários especiais que tratem inclusive de aspectos de percepção.

2.2.2 — *Estudos da atividade industrial e de suas relações com o sistema urbano* — Esta é outra componente importante do crescimento urbano; as análises se voltarão para confrontar dois aspectos opostos: o caminhar geográfico da industrialização, como tentativa de identificar processos de “trickling-down” e os efeitos das economias de escala na concentração de atividades industriais e no crescimento de “centros de crescimento”.

2.2.3 — *Estudos do terciário superior* — Trata-se de analisar atividades do setor terciário de elevado limiar (*threshold*) e longo alcance (*range*) cuja presença caracteriza centros de crescimento e que têm correlação com a atividade industrial.

2.2.4 — *Estudos da educação urbana*. Trata-se de examinar um dos mais importantes aspectos da atuação urbana, em termos de modernização da população. Atualmente encontra-se em andamento no Departamento de Geografia (DEGEO), do IBGE, pesquisa sobre o sistema universitário nacional como consequência de um convênio com o Conselho Federal de Educação. Esta pesquisa contribuirá para a definição de alguns aspectos do papel da atuação das cidades na organização do espaço nacional.

2.2.5 — Outros setores de prioridade poderão, através de solicitação expressa por parte de outros órgãos, requerer para que sejam efetuados estudos pela Fundação IBGE.

Acrescentamos algumas recomendações que nos parecem úteis para o progresso das pesquisas urbanas no Brasil:

1 — Será recomendável que haja um processo de cartografia urbana paralelo ao desenvolvimento da pesquisa geográfica.

2 — Seria interessante que os dados estatísticos municipais relativos a atividades pudessem ser desagregados pelo menos nos municípios com cidade ou vila de 20.000 habitantes ou mais, segundo a sua localização por cidade, vila e quadro rural.

3 — Fora do quadro de prioridades apresentadas estende-se vasto campo de outras pesquisas vinculadas ao sistema urbano e à urbanização, inclusive estudos de casos locais. Este campo será certamente povoado por teses de doutoramento das universidades e trabalhos individuais de pesquisadores. Seria recomendável que a Fundação IBGE, na medida de suas possibilidades, oferecesse todas as facilidades possíveis.

BIBLIOGRAFIA

- BERRY, Brian J. L. — "City size and economic development conceptual synthesis and policy problems with special reference to south and southeast Asia", *Urbanization and National Development*, Vol. I, Sage, Beverly Hills, 1971.
- DEGEO, IBGE — "O IBG e as pesquisas urbanas" — Documento apresentado no encontro sobre política de desenvolvimento urbano, promovido pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral — Mimeografado, 1971.
- FOURASTIÉ, Jean — *Le grande espoir du XX siècle*, Gallimard, Paris, 1963.
- FRIEDMANN, John e Mc Glynn, Eileen, Stuckley, Barbara, Wu, Chung-Fong — "Urbanization and National Development: A Comparative Analysis" — Mimeografado, 1970.
- GEORGE, Pierre — "La géographie active" — Presses universitaires, Paris, 1964.
- JAKOBSON, Leo e Prakash, Ved — "Urbanization and Urban Development: Proposals for an integrated policy base". *Urbanization and National Development*, Vol. I, Sage, Beverly Hills, 1971.
- RODWIN LLOYD — "Urban Growth strategies reconsidered": Growth centers in Regional economic development — The Free Press, New York, 1972.
- TOLOSA, Hamilton — "Política nacional de desenvolvimento urbano: Uma visão econômica" — *Pesquisa e Planejamento Econômico* (2(1); 145-156, IPEA, Rio de Janeiro, junho 1972.

SUMMARY

I — ACTUALIZATION OF THE URBAN STUDIES

1 — *Urban Studies and Town Studies* — The study of towns development and of the urban system is faced as a product of change process or modernization. The isomorphism between urbanization and modernization is understood as the generation forms and diffusion of innovations. The circular process, the expansion of urban system is, by its turn, the impelling power of modernization. Under this point are defined geographical studies of urban situation.

2 — *General Theory of Urbanization* — It wasn't yet elaborated a theory which represents, in general, the relationships of several components that participate of the development process and of the expansion of towns and that belong to the economic, social and cultural field. It results that due to contradiction, present in any process, many people deny the constant complementarity among urban development, industrialization and rural-agricultural development.

3 — *Interdisciplinary Field and Urbanization Policy* — The urban topic is interesting now a day till to psychologist, anthropologist and even to artists. It becomes interesting to disciplines directly related to policy sector. Being a persisting problem, the emplacement of urbanization policy as a central fact, is desired in studies as well as the systemic approach, whose background is the national development and the spatial integration. In this sense a stress should be given to the interactions of dynamic processes, and the structures being understood as limit condition.

4 — *Contribution of Geography* — It consists in studying the aspect of urban structure referring to inter-regional and intra-regional differences indispensable to: a) a formulation of any general theory of urbanization and b) a formulation of a national policy of urbanization. The comprehension of these differences will be done through the studies of economic structures of the system, observing the motive activities and their repercussion effects (linkages) in its projection in the concrete geographical space.

II — MODERN INTERPRETATIONS OF URBANIZATION AND OF ITS PLANNING. APPLICATIONS TO BRAZIL

1 — *A Predictive and Evolutive Approach* — The urban system in the stage of industrial civilization is in a transition phase between the stage of traditional civilizations and the tertiary or better the quaternary civilizations. Less circumscribed to certain spaces, as the primary activities depending on the natural resources, or the high tertiary activities, which call for a minimum of scale economy, the implantation of industries was the instrument in the developing countries to spread increase, promoting regional metropolises and middle towns in the case of Brazil.

The high phase of the industrial period corresponds to the formation of megalopolises and to the development expansion, starting from the metropolises to middle towns disposed alongside of transport axes. The metropolis grouping by means of these axes, in which the ecological problems get importance, constitutes the predictive model of Rodwin. In this model of tertiary society should be reinforced the self-government of towns, the participation of urban populations in the orientation of development and the cultural and educational functions of towns.

2 — *Development of the Theory of Growth Centers* — It consists in the transposition of the "growth pole" concept, comprising a system of inter-industrial relations around a motive industry in an abstract space, to the concept of intersectorial relations in a concrete geographical space. The identification of areas which have potentials to be achieved as centers of growth will direct the flow of investment.

In the industrialization "take off", the towns which are centers of growth dispose already of better conditions. In the expansion phase of industrial economy the metropolitan problems are arising. It follows the dispersion phase where the weakness of economy in the big cities is causing a desconcentration of activities. Strategic plans applied in a certain phase can exist together with the next one, chiefly in a country as Brazil, where its various regions are in different stages of development.

3 — *The Brazilian Situation* — Brazil is going through a process of development led by industrialization, intense growth of population, inhabitant concentrations in urban areas, relevant action of government on economy, raising of education and consumption levels, diversification and integration of national space. The industrialization is accentuating the outline of nucleus-periphery model and the regional inequalities concerning development stage.

The trends of economic and social policy consist in giving to industrialization a continuous incentive, as well as to stimulate the integration of national space, the increasing incorporation of population in the process of economic integration, through the elevation of educational level.

These tendencies are related to the ampliation of home market and to the ingress of the country in the international trade competition to export non-traditional products. They are supported by the urban system, which is the articulation arrangement of the relationships implicit in this tendencies.

Without destroying the nucleous-periphery model the industry localization shows apontaneous aspects of "trickling down" in the more developed Southeast Region. Other aspects of difusion are "directed", as the localization of industries in the Northeast metropolises. The specialization and integration lead the occupation of new regions as Amazon, and the raising of the education level, along with a better offer of work, have contributed, in a way, by diminish the regional unevennesses.

Inside this view, the idea of a national urban policy is growing up, which will guide the continuance of the study and the planning of the more and more complex urban-regional system, as instrument of development. The urban problems that are present in the Brazilian actual situation are regarding to:

- the organization of areas and metropolitan regions, including urban ecology subject;
- the regional structure organization of economy, where the urban and regionalization problems are superimposed;
- the actuation of towns as centers of modernization of the country and of control of the planning process.

A national policy of urban planning in the actual circumstances should correspond to a stage of inter-regional planning; the urbanization must be seen as an integrant part of a pershpective planning.

III — GENERAL ROUTES IN GEOGRAPHICAL RESEARCH

It seems without question the necessity of ampliation of the urban geography study. However, to reinforce the specific study of towns is not only the question and the urbanization must be a wide subject of reference to the study of any subject-matter of human geography. The specific geographical research of towns and the organization of urban system must return to the analysis of relationships of its economical structure in a temporal perspective. It also should try to identify the links between the organization of the system and the wide processes of urbanization, thus defining the actuation form of the towns or its behaviour. Through the study of towns actuation, the relations between the general characteristics of system and the characteristics of each town are discussed. In this field therefore, the geographical study should extend to study of cases and comprise field work.

Thus, the towns will be distinguished according their national and regional projection, their capacity of difusing innovations, their role as transmission, control and decison centers; the centrality aspects should be related to other aspects of town economic structure. One of the consequences of urbanization is expressed by perception of population, whose behaviour study is a subject of great interest. To this behaviour is associated the increasing of towns.

IV — PRIORITIES. RECOMMENDATIONS

Priorities as a subject of research are related to the character of whom will go to undertake the search. Evidently, the decision of an academic *searcher* must be taken under several reasons that do not justify it would be taken by a planning organism. There also exist the problem related to the selection of subject according to a settled object.

In terms of Geographical Department of IBGE we suggest:

1 — *General Study of Urban System*, having in view the distribution and frequency of the size of towns and their spatial distribution.

2 — *Study of Urban Actuation and Urbanization*, where the subjects related to a certain category of towns or geographical selected areas should be distinguished as:

- metropolitan regions;
- the problem of middle towns;
- planning of urban nucleous in "new regions".

and subjects related to a certain sectorial aspects, as:

- urban migrations;
- industrial implantation and urbanization;
- quaternary studies;
- urban education.

It also would be advisable to promote a process of development of urban cartography and the statistical data referring to towns of more than 20,000 inhabitants could be specified according to their activities, urban and rural localization.

Versão de Joaquim Quadros Franca.

RESUMÉ

I — SITUATION ACTUELLE DES ETUDES D'URBANISATION

1 — *Etudes d'Urbanisation et Etudes des Villes* — L'étude du développement des villes et du système urbain est envisagé comme un produit des procédés de changement ou de modernisation. L'isomorphisme entre l'urbanisation et la modernisation se révèle par les formes d'engendrement et de diffusion des innovations. Un processus circulaire, l'expansion du système urbain est, pour sa part, une force d'impulsion et de modernisation. C'est concentrées sur cette aspect que les études géographiques du comportement urbain se définissent.

2 — *Théorie Générale de l'Urbanisation* — Il n'a pas, toutefois, encore été élaborée de théorie qui exprime, d'une façon générale, les relations des différents composants qui ont part au processus de développement et à l'expansion des villes et qui appartiennent au domaine économique, social et culturel. Le résultat est que, vu les contradictions, présentes dans n'importe quel processus, beaucoup nient la complémentarité constante entre le développement urbain, l'industrialisation et le développement agricole-rural.

3 — *Champ Interdisciplinaire et Politique d'Urbanisation* — Le thème urbain intéresse actuellement même les psychologues, les anthropologues, en passant par les artistes. Il est devenu un sujet d'intérêt pour les disciplines liées directement au secteur de la politique. Etant un problème persistant, l'insertion de la politique d'urbanisation comme point central est souhaitée dans les études, de même que l'abordage systématique, dont le fond du décor n'est autre que le développement national et l'intégration dans l'espace. Dans ce sens, la présence doit être donnée aux comportements réciproques des procédés dynamiques, les structures devant être considérées comme condition de limitation.

4 — *Contribution de la Géographie* — Elle consiste en l'étude des aspects de la structure urbaine qui se rapportent aux différences inter-régionales et entre les régions indispensables: a) à la formulation d'une théorie quelle qu'elle soit de l'urbanisation, et b) à la formulation d'une politique nationale d'urbanisation. La compréhension dynamique de ces différences sera réalisée moyennant des études de la structure économique du système, en observant les activités motrices et leurs effets de répercussion ("linkages", liaisons), et leur projection dans l'espace géographique concret.

II — INTERPRETATIONS MODERNES DE L'URBANISATION ET SA PLANIFICATION. APPLICATIONS AU BRÉSIL

1 — *L'Abordage Evolutif et Prédictif* — Le système urbain à l'époque de la civilisation industrielle se trouve dans une phase de transition entre le niveau au temps des civilisations traditionnelles et celui des civilisations tertiaires, ou plutôt, les quaternaires. Moins confinée à des espaces déterminés, comme les activités primaires qui dépendent de ressources naturelles, ou les activités tertiaires supérieures qui demandent un minimum d'économies d'échelle, l'implantation des industries fut un instrument, dans les pays en voie de développement, pour répandre la croissance, promouvant des métropoles régionales et des villes moyennes dans le cas du Brésil.

La phase du couronnement de la période industrielle correspond à la formation de mégapoles et à l'expansion du développement, à partir des transports. Des groupements de métropoles ou de mégapoles par voie de ces axes, où les problèmes d'écologie gagnent en importance, forment de modèle prédictif de RODWIN; dans ce modèle de société tertiaire les processus d'auto-gouvernement des villes devront s'affermir, les populations urbaines devront prendre part à l'orientation du développement et aux fonctions culturelles et éducatives des villes.

2 — *Développement de la Théorie des "Centres de Croissance"* — Il consiste dans la translation du concept de "pôle de croissance", un système de relations entre les industries autour d'une industrie motrice dans un espace abstrait, pour le concept de relations intersecteur dans un espace géographique concret. L'identification des zones qui possèdent des potentiels pour se réaliser comme centres de croissance, dirigera la canalisation des placements.

Dans la phase du démarrage, ou du "take off" de l'industrialisation, les meilleures conditions appartiennent aux villes qui sont déjà des centres de croissance; pendant la phase d'expansion de l'économie industrielle, les problèmes métropolitains augmentent; ensuite vient la phase de la diffusion, où les économies en retrait des grandes villes pèsent sur la déconcentration des activités. Des stratégies appliquées dans une phase peuvent coexister avec celles de la phase

suivante, principalement dans un pays comme le Brésil, de macrorégions à des niveaux différents de développement. D'autre part, la politique dépendra aussi d'une série de valeurs d'ordre non-scientifique, devant être définies par l'entremise des gouvernants.

3 — *La situation brésilienne* — Le Brésil traverse un mouvement de développement mené par l'industrialisation, la croissance de la population devenue intense, la concentration des habitants dans le cadre des villes, le rôle important joué par le gouvernement dans l'économie, l'amélioration du niveau de l'enseignement et de la consommation, la diversification et l'intégration de l'espace national. L'industrialisation avait accentué le délinéament du modèle noyau-périphérie et use inégalités régionales par rapport au niveau de développement.

Les tendances de la politique économique et sociale consistent: dans l'encouragement à la continuité de l'industrialisation; aux stimulations à la spécialisation et à l'intégration de l'espace national; dans l'incorporation croissante des populations dans le processus d'intégration économique, moyennant l'amélioration du niveau de l'enseignement dans la population. Ces tendances s'appliquent à l'élargissement du marché interne et à l'entrée de la concurrence étrangère d'exportations dans le pays, avec des produits non-traditionnels.

Ces tendances chercheront l'appui du système urbain qui est l'appareil d'articulation des relations implicites dans ces tendances. Sans détruire le modèle noyau-périphérie, la localisation industrielle présente déjà des aspects spontanés de "trickling-down", dans la région la plus développée du Sud-Est. D'autres aspects de diffusion sont "dirigés", comme par exemple la localisation d'industries dans les métropoles du Nord-Est. La spécialisation et l'intégration conduisant à l'occupation de régions neuves comme l'Amazonie, et l'amélioration du niveau de l'enseignement accompagnée d'une offre meilleure de services, contribue d'une certaine façon à atténuer des différences régionales de niveaux. L'élévation de la capacité administrative des capitales des états représente l'emploi du secteur quaternaire pour que les villes agissent comme centres de transmission dans une structure de planning dans le cadre fédéral et des états.

Dans ce panorama, l'idée d'une politique urbaine nationale a pris son essor, et elle devra présider à la continuité de l'étude et de la planification du système urbain-régional, toujours de plus en plus complexe, comme instrument du développement. Les problèmes urbains qui se présentent dans la situation brésilienne actuelle concernent:

- l'organisation des zones et des régions métropolitaines, y compris les questions d'écologie urbaine;
- l'organisation de la structure régionale de l'économie, où des problèmes urbains et de régionalisation se superposent;
- le comportement des villes comme centres de modernisation du pays et le contrôle des procédés de la planification.

Une politique nationale de planning urbain, dans les circonstances actuelles, correspondrait à un niveau de planification inter-régionale; l'urbanisation doit être vue comme faisant partie intégrale d'une planification perspective.

III — DIRECTIVES GENERALES DE LA RECHERCHE GEOGRAPHIQUE

Il n'existe aucun doute, semble-t-il, quant à la nécessité d'études de géographie urbaine. Cependant, il ne s'agit pas seulement de renforcer l'étude spécifique des villes, l'urbanisation devant être un ample thème de référence pour l'étude de n'importe quel thème de géographie humaine. La recherche géographique spécifique sur les villes et sur l'organisation du système urbain doit être tournée vers l'analyse des relations de sa structure économique dans une perspective temporelle. Elle devra aussi chercher à identifier les rapports entre l'organisation du système et les processus plus amples de l'urbanisation, permettant ainsi de définir la *forme dans laquelle les villes doivent agir*, ou le *comportement des villes*. Par voie de l'étude de la façon d'agir des villes, on arrive aux caractéristiques générales du système et les caractéristiques de chaque ville. Par conséquent, dans ce domaine, l'étude géographique devra s'étendre à l'étude des cas et comprendre les travaux du champ.

De cette façon, les villes seront différenciées selon leur projection nationale et régionale, leur capacité de diffusion des innovations, leur rôle comme centres de transmission, contrôle et décision; les aspects de leur centralisation devront être relationnés avec les autres aspects de la structure économique de la ville. Une des conséquences de l'urbanisation se traduit en modifications de la perception de la population, dont l'étude du comportement est un thème de grand intérêt. La croissance des villes est associée à ce comportement.

IV — PRIORITÉS, RECOMMANDATIONS

Les priorités quant aux thèmes des recherches dépendent du caractère de celui qui va entreprendre les recherches. Evidemment, la décision d'un enquêteur académique peut être prise pour beaucoup de raisons qui ne seraient pas justifiées s'il s'agissait d'un organe de planification. Il existe aussi le problème de l'adéquation, c'est à dire, le choix du thème d'accord avec un objectif pré-fixé.

En termes du Département de Géographie de l'IBGE, nous suggérons:

1 — *Des Etudes Générales du Système Urbain*, tenant compte de la distribution et la fréquence des dimensions de ville et la distribution spatiale des villes.

2 — *Des Etudes du Comportement Urbain et de l'Urbanisation*, où des thèmes se rapportant à certaines catégories de villes ou de zones géographiques sélectionnées, seraient différenciés; ainsi:

- les régions métropolitaines;
- le problème des villes moyennes;
- la planification des noyaux urbains en "régions nouvelles";

et des thèmes se rapportant à des aspects de secteurs, tels que:

- les migrations urbaines;
- l'implantation industrielle et l'urbanisation;
- les études sur le quaternaire;
- l'enseignement urbain.

Parallèlement on pourrait recommander un processus de développement de cartographie urbaine; et aussi que les données statistiques relatives aux activités des communes ayant ville ou village d'une importance assez grande, soient désagrégées suivant la localisation urbaine et rurale.

Versão de Patrice Charles F. X. Guillaume.